

CLIPPING IMPRESSO

03/08/2019



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. INSTITUCIONAL.....	1
2. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO	
2.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	2
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. EVENTOS.....	3
3.2. PRESIDÊNCIA.....	4
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	5
4.2. CEMULHER.....	6
4.3. DESEMBARGADOR.....	7
4.4. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	8
4.5. PROGRAMA JUSTIÇA CIDADÃ	9

A procura pelo Judiciário

ROBERTO VELOSO

Depois da entrada em vigor da Constituição Federal em 1988, não se pode negar a elevada busca pelo Judiciário pela população brasileira. Esse fenômeno pode ser atribuído a várias causas, todas ligadas ao novo regime constitucional. Entre elas estão a facilidade de acesso à Justiça com a existência de mais de um milhão de advogados no Brasil, a liberdade de associação sindical com a proliferação de ações coletivas e de assistência jurídica prestada por essas entidades, a multiplicação dos partidos políticos etc. O país passou a viver e respirar o jurídico e com isso a população despertou para os seus direitos consagrados na Lei Magna.

O pesquisador Andrei Koerner diz que não só essas causas aumentaram a demanda pelo Judiciário. Ele defende que seria importante analisar a situação sob três pontos importantes, a saber: uma transição democrática que transcorreu como um processo incompleto e contraditório; o empresariado passa a procurar o Judiciário ante a diminuição da influência do Estado na economia e a expansão da consciência dos direitos, pela organização de movimentos sociais, pela ampliação de demandas por direitos tanto individuais quanto coletivos.

A Constituição Federal brasileira de 1988 instituiu novos direitos, cunhou mecanismos de garantia e legitimou novos entes para o ajuizamento de ações. É inegável que o Judiciário ganhou posição de poder estatal nunca conseguido na história republicana.

De fato, essa foi uma das novidades mais notáveis do Brasil dos últimos anos representada pela correta elevação institucional do Poder Judiciário. A partir das garantias da magistratura, juízes e tribunais deixaram de ser um departamento técnico especializado e passaram a desempenhar um papel político, dividindo espaço com o Legislativo e o Executivo.

Essa estrutura constitucional e institucional, as dificuldades de a Administração Pública atender às exigências cada vez maiores da sociedade e o aumento do acesso à Justiça possibilitaram uma verdadeira explosão de ações judiciais, trazendo ao Judiciário matérias antes afetas ao âmbito administrativo das políticas públicas.

Para se ter uma ideia, segundo dados colhidos no sítio do Conselho Nacional de Justiça, em 2017 foram distribuídas 29,1 milhões de novas ações, enquanto em 2011 a quantidade foi de 18,526 milhões de novas ações, cerca 50% a mais em pouco mais de seis anos. De acordo com o CNJ, no ano de 2017, a cada grupo de 100.000 habitantes, 12.519 ingressaram com uma ação

judicial.

O Judiciário passa a ser um local de debate das ações governamentais, veja-se, a título de exemplo, os planos econômicos do governo, os quais foram contestados na Justiça Federal e praticamente triplicaram os processos da 1ª instância nos primeiros anos pós-Constituição.

Diante desse quadro, o Judiciário é chamado para tratar de questões jurídicas novas, não mais de resolução de conflitos individuais. Antes decidia apenas ações do tipo se um inquilino deveria permanecer no imóvel mais tempo do que estabelecia o contrato, se o pai ou a mãe deveria ter a guarda do filho menor.

Hoje, cuida da permissão ao aborto do feto anencefálico, da união homoafetiva, da validade constitucional da Reforma da Previdência, da constitucionalidade do rito procedimental da cassação de mandato de parlamentares e do uso de produtos originários da maconha para fins medicinais.

Para dar vazão a tamanho crescimento, a sociedade requer a existência de um Judiciário democrático, ágil e moderno, a fim de proporcionar entrada fácil de processos e a jurisdição seja prestada com presteza e segurança.

Ex-presidente da Associação dos Juizes Federais - AJUFE

CONCURSO PÚBLICO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO EXTRATO DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

A Fundação Carlos Chagas informa que está disponível, na íntegra, no site www.concursosfcc.com.br, o **Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público** para provimento de cargos e formação de cadastro reserva do quadro de pessoal efetivo do **Poder Judiciário do Estado do Maranhão**, publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Maranhão, edição de 1º/08/2019.

As inscrições ficarão abertas, exclusivamente, via Internet, no período das **10 horas do dia 05/08/2019 às 14 horas do dia 28/08/2019 (horário de Brasília)**.

- **Ensino Superior Completo:** Analista Judiciário
Especialidades: Analista de Sistemas - Desenvolvimento; Analista de Sistemas - Suporte e Rede; Engenheiro Mecânico; Direito; Assistente Social; Psicólogo e Psiquiatra.
Vencimento inicial: R\$ 8.230,35 - **Valor da inscrição:** R\$ 100,00
- **Ensino Superior Completo:** Oficial de Justiça.
Vencimento inicial: R\$ 6.883,85 - **Valor da inscrição:** R\$ 100,00
- **Ensino Médio Completo:** Técnico Judiciário
Especialidades: Apoio Técnico Administrativo; Técnico em Informática - Hardware; Técnico em Contabilidade; Técnico em Edificações e Técnico em Informática - Software.
Vencimento inicial: R\$ 3.927,72 - **Valor da inscrição:** R\$ 70,00

As informações sobre o Concurso serão publicadas no site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br), do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (www.tjma.jus.br/) e/ou por meio de Editais e Avisos no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Maranhão.



DIA-A-DIA

MARIA LEÔNIA



Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Reynaldo Soares Fonseca

Congresso de Direitos Humanos

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB/MA), por meio da Escola Superior de Advocacia (ESA) e da Comissão de Direitos Humanos, e com o apoio do Centro de Estudos Constitucionais e de Gestão Pública-CECGP, do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) e da Universidade CEUMA, realizará, entre os dias 07 e 08 de agosto, em São Luís, o V Congresso Ibero-Americano de Direitos Humanos e Advocacia. O tema do congresso este ano é “Democracia, Reformas Legislativas e 100 anos da OIT”. Compondo a programação com a participação de diversos juristas, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Reynaldo Soares Fonseca que proferirá palestra de abertura do evento com tema: “O princípio da fraternidade como elemento de Direitos Humanos na Constituição Federal de 1988”.



DIA-A-DIA
MARIA LEÔNIA

Governo do Maranhão

O presidente do TJ, Joaquim Figueiredo, que assumiu interinamente o governo do Maranhão, devido ao afastamento do Governador Flávio Dino, do seu vice Carlos Brandão e do presidente da Assembleia Legislativa ,Othelino Neto. O desembargador deu continuidade às ações do governador Flávio Dino sempre na melhoria da qualidade de vida dos maranhenses.



Governador Flávio Dino com o anfitrião Ildon Marques



Des. Joaquim Figueiredo em momento solene de posse

Treinamentos do CNJ para implantação do SEEU começam segunda

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promovem, entre os dias 5 e 14 de agosto, treinamentos para implantação do Sistema de Execução Penal Unificado (SEEU) no Maranhão, no Fórum de São Luís. A ação faz parte de uma força-tarefa do CNJ, realizada de 5 de agosto a 6 de setembro, para treinamento, cadastro e implantação do SEEU.

A equipe do CNJ oferecerá treinamentos sobre a utilização da ferramenta para juízes, servidores, defensores públicos, promotores de Justiça, advogados e representantes da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

As inscrições para magistrados e servidores podem ser feitas no Sistema Tutor, disponível na plataforma Sentinela, no portal do Poder Judiciário ou site da Esmam. São 60 vagas para os servidores, distribuídos em duas turmas, e 100 vagas para magistrados e assessores judiciais.

As inscrições para defensores

públicos, promotores de Justiça, advogados e representantes da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) poderão ser feitas no local, no dia do treinamento.

SOBRE O SEEU

O Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) faz parte do programa Justiça Presente – instituído na gestão do ministro Dias Toffoli – uma parceria entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) voltado ao enfrentamento da crise do sistema penal no Brasil.

O sistema será obrigatório em todos os tribunais até o final de 2019 para a tramitação de processos de execução penal, sem a possibilidade de adesão por interoperabilidade, determinada pela Resolução CNJ 280, aprovada em 9 de abril de 2019 pelo CNJ, com critérios quanto a prazos e governança do sistema.

A ferramenta viabiliza a apreciação, no tempo certo, dos benefícios prisionais, como progressões de regime, livramento condicional, comutações e indultos; oferece a possibilidade de acesso digital simultâneo aos autos e movimentações por meio de computadores, tablets ou smartphones.

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>



CONTEXTO

Mulher

A Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA) promove – no período de 5 a 9 de agosto - a IV Semana Estadual de Valorização da Mulher. A abertura oficial do evento acontecerá nesta segunda-feira (5), às 9h, no auditório Desembargadora Madalena Serejo, no Fórum de São Luís (Calhau). A iniciativa visa fortalecer a prestação jurisdicional e o enfrentamento à violência contra a mulher por meio da realização de diversas atividades, que colocam em pauta assuntos como gênero, racismo estrutural, masculinidades, violência doméstica e feminicídio, com vistas à articulação de políticas públicas de garantia do direito das mulheres a uma vida sem violência.

Desembargadores participam do 117º Encontro do Conselho dos Tribunais

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, e o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Cleones Cunha, participaram, em Porto Alegre (RS), do 117º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, onde estão sendo debatidos assuntos relacionados ao Poder Judiciário nacional.

O Conselho dos Tribunais de Justiça é composto por Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, além de outros desembargadores. A instância é consultada pelos Tribunais Superiores, CNJ, Poder Legislativo e Poder Executivo em assuntos de interesse do Poder Judiciário para seu aperfeiçoamento.

A solenidade de abertura foi realizada na quinta-feira (1º), às 18h30, no Plenário Pedro Soares Muñoz, no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, com pronunciamento do desembargador, Carlos Eduardo Zietlow Duro, que preside o Conselho dos Tribunais de Justiça

e a Corte gaúcha de Justiça. Ele destacou a importância da Justiça Estadual, que responde por 80% dos cerca de 80 milhões de processos que tramitam no Judiciário brasileiro. Ele defendeu a harmonia e a independência entre os poderes, que devem, como determina a Constituição Federal, ajustar previamente as diretrizes orçamentárias. Os objetivos principais do Conselho são a defesa dos princípios, prerrogativas e funções institucionais do Poder Judiciário, especialmente do Poder Judiciário Estadual; a integração dos Tribunais de Justiça; o intercâmbio de experiências funcionais e administrativas; o estudo e o aprofundamento dos temas jurídicos e das questões judiciais que possam ter repercussão em mais de um Estado da Federação, buscando a uniformização de entendimentos, respeitadas a autonomia e peculiaridades locais. O 117º Encontro continuou ontem, com palestra do Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Paulo de Tarso Vieira Sanseverino.



OAB É NOTÍCIA



Devolução de Prazos Processuais

Deferindo a solicitação da OAB Maranhão, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, (TRF1), baixou a Portaria PRESI-8614149, determinando a suspensão/devolução de prazos processuais na Seção Judiciária do Maranhão e nas Subseções Judiciárias de Caxias, Bacabal, Balsas e Imperatriz, no período de 1º de junho a 4 de julho de 2019. Em sua Portaria, o TRF1 reconheceu que houve interferências negativas no funcionamento de todos os sistemas, causando prejuízos à regularidade e à prática de atos processuais, bem como que a indisponibilidade dos sistemas afetou o banco de dados JFMA, e atingiu a sede da Seção Judiciária do Maranhão e de outras subseções.

Desembargador José Luiz Almeida vai falar das ações da Ouvidoria no Justiça Cidadã

A edição deste sábado (3), ao meio-dia, do programa Justiça Cidadã, na TV Assembleia (Digital, Canal 51.2 – TVN, Canal 17), vai mostrar os programas, projetos e ações da Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão em busca de uma Justiça democrática de proximidade com o cidadão. O entrevistado é o desembargador e ouvidor-geral, José Luiz Almeida. Um dos temas é o Projeto Ouvidoria Itinerante, no qual o ouvidor atende a população na própria comarca em expediente integral. Telejudiciário, “Fale

com o Ouvidor”, a pesquisa de satisfação para o público e a mediação digital também serão assuntos abordados na edição deste sábado.

Os apresentadores Heider Lucena e Amanda Campos vão conversar com o ouvidor, que apresentará um quadro sobre as principais reclamações e pedidos de informação encaminhados à Ouvidoria. Ele vai explicar como o órgão conseguiu um índice de resposta definitiva ao cidadão, em prazo de 20 dias úteis, que alcança mais de 98% dos casos.